

Narrativas identitárias e memórias pós-coloniais: uma análise da série documental *Eu Sou África* *

Isabel Macedo**

Rosa Cabecinhas**

Lurdes Macedo**

Resumo

Durante o século passado, o filme e o vídeo converteram-se em importantes documentos inspiradores da memória coletiva, tornando-se neste século uma fonte cada vez mais relevante de evidências e de reflexões históricas. As memórias autobiográficas, em filme ou em vídeo, podem constituir um meio de (des)construção das nossas interpretações sobre os acontecimentos históricos, contribuindo assim para a luta contra as injustiças da nossa memória do passado.

Com o propósito de desconstruir essas interpretações, propusemo-nos analisar a série documental *Eu Sou África*. Constituída por dez episódios, *Eu sou África* dá a palavra a dez cidadãos – dois de cada um dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP): Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe – com intervenção cívica significativa para o desenvolvimento das nações nas quais nasceram e vivem.

Os resultados desta investigação evidenciaram a organização das narrativas dos dez entrevistados em três temas centrais: as perceções sobre os significados da independência, que envolvem as representações dos atores envolvidos sobre o processo de (des)colonização e o modo como o viveriam; as perceções sobre a diversidade cultural e linguística nos seus países; e, finalmente, os discursos associados à (re)construção das identidades nacionais.

Palavras-Chave: Documentário, memória social, identidades.

* Artigo desenvolvido no âmbito do projecto de investigação “Narrativas identitárias e memória social: a (re)construção da lusofonia em contextos interculturais”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/CCI-COM/105100/2008).

** Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho.

Isabel Macedo: isabelmacedo@gmail.com

Rosa Cabecinhas: cabecinhas@ics.uminho.pt

Lurdes Macedo: mlmacedo71@gmail.com

Abstract

During the last century film and video have become important inspiring documents of collective memory, becoming in this century an increasingly relevant source of evidence and historical reflection. The autobiographical memories based on film or video may be a tool for the (re)making of our interpretations of historical events, thus contributing to the fight against the injustices of our past memories.

In order to deconstruct these interpretations, we decided to examine the documentary series entitled *I am Africa*. Consisting of ten episodes, *I am Africa* gives voice to ten citizens – two by each of the Portuguese Speaking African Countries (PALOP): Angola, Cape Verde, Guinea-Bissau, Mozambique and Sao Tome and Principe – with significant civic involvement in the development of the nations were they were born and currently live.

The results of this research showed the narrative organization of the ten interventions in three central themes: the meanings of independence, which involve the representation of the subjects that have participated on the process of (de)colonization; the perceptions about the cultural and linguistic diversity in their countries and, finally, the discourses associated with the (re)making of national identities.

Keywords: Documentary, social memory, identities.

Introdução

Vivemos atualmente “na fronteira do ‘presente’” (Bhabha, 1994). Com esta afirmação, o autor quer referir que parece não haver nenhum nome próprio para classificar o momento em que vivemos a não ser o controverso ‘post’: (pos)modernismo, (pos)feminismo, (pos)colonialismo. Segundo esta perspectiva, encontramos-nos num momento de trânsito onde o espaço e o tempo se cruzam e produzem configurações complexas de semelhança e diferença, inclusão e exclusão. Neste contexto, os media surgem como sistemas privilegiados de representação. Através destes, percepções individuais e coletivas chegam a uma vasta audiência, legitimando ou desafiando os discursos dominantes (Georgiou, 2006).

Também em Portugal, só muito recentemente se começou a (des)construir, através dos media, e nomeadamente através de registos documentais audiovisuais, os discursos dominantes sobre o período (pos)colonial. Daí que as vivências e as percepções das populações sobre este período histórico sejam, atualmente, temáticas recorrentes ao nível da produção audiovisual, assistindo-se a uma proliferação de filmes e de documentários que privilegiam este tipo de narrativa.

As memórias autobiográficas, apresentadas em registo documental, permitem que as versões da história menos conhecidas sejam difundidas, contribuindo para a construção de uma memória coletiva mais completa e mais plural. Estes testemu-

nhos da história, quando analisados e articulados, possibilitam uma melhor compreensão dos acontecimentos do passado e dos seus significados para os diferentes grupos sócio-culturais envolvidos nos mesmos. Assim – e considerando que, para além da versão europeia dominante, dever-se-ão ter em conta outras versões da história – este trabalho pretende constituir um exercício cujo objetivo é ouvir as diferentes vozes que, do lado africano, refletem sobre os acontecimentos do passado colonial português, bem como sobre o período pós-independência.

Obedecendo a esta linha de pensamento, a análise das dez narrativas que constituem a série documental *Eu Sou África* tem por base a assumpção de que o modo como “os grupos nacionais representam a história é fundamental na construção da sua própria identidade, sendo este um processo comparativo, já que a história de cada grupo depende das relações estabelecidas com outros grupos” (Cabecinhas, Lima & Chaves, 2006: 67). Na perspetiva dos autores, a forma como cada entrevistado constrói a sua narrativa e como interpreta o seu passado são determinantes para compreendermos como se posicionam no presente e as suas perspetivas em relação ao futuro. Neste sentido, ao recordarem não estão simplesmente a reproduzir factos, mas a construir, de forma seletiva, uma narrativa, assumindo uma posição sobre os acontecimentos da história recente. Deste modo, entendemos a memória enquanto processo social “que depende das pertenças e redes sociais dos indivíduos” (Cabecinhas, Lima & Chaves, 2006: 69).

A análise temática (Braun & Clarke, 2006) das dez narrativas autobiográficas que compõem a série documental *Eu sou África*, permitiu a organização das reflexões dos participantes em três categorias analíticas principais: as suas perceções sobre os significados da independência, relacionando-os com os acontecimentos do passado e com as consequências destes; as suas visões quanto à diversidade cultural e linguística que caracteriza os seus países de origem; e, finalmente, as suas posições sobre a (re)construção das identidades nacionais. Os excertos que aqui reproduzimos evidenciam uma pluralidade de entendimentos sobre estes temas.

1. Identidade e Memória Pós-Colonial

O conceito de identidade originou a produção de inúmeras reflexões teóricas, concordando a maioria dos autores que se trata de um conceito complexo e multidimensional, não devendo ser entendido como algo “transparente”. Hall (1994) considera que devemos entender o conceito de identidade enquanto “produção”, um processo sempre incompleto, em que as nossas representações sobre o outro e as nossas vivências e experiências assumem uma importância significativa.

Clary-Lemon (2010) refere que os trabalhos sobre a identidade de Ricoeur (1992), Martin (1995) e Hall (1994) podem ser sintetizados em três dimensões: a identidade é uma construção discursiva muitas vezes revelada nas histórias que as pessoas contam sobre elas e os outros e em memórias recontadas do passado; as

identidades são sempre provisórias, encontram-se em transformação constante, e devem ser compreendidas na relação com o outro; as identidades culturais e nacionais são fragmentadas interna e externamente, resultando do processo de negociação de diferentes perspectivas sobre a semelhança e a diferença.

O ato de recordar também assume um papel preponderante na (re)construção das identidades dos indivíduos. Como refere Cabecinhas (2006: 187), o caráter social da memória tem por base vários fatores:

“o processo de recordar é social, dado que a evocação das recordações é feita a partir de dicas de contexto; os pontos de referência que cada indivíduo utiliza para codificar, armazenar e recuperar informação são definidos socialmente; e a memória individual não poderia funcionar sem conceitos, ideias, imagens e representações que são socialmente construídos e partilhados”.

A autora acrescenta que a memória individual é também social, quer pelo seu conteúdo – que se refere a eventos e a pessoas que pertencem à memória de outros indivíduos – quer pelo processo do qual resulta, em termos de codificação, armazenamento e recuperação dos elementos de informação.

As memórias históricas dos indivíduos “correspondem a reconstruções do passado, em permanente reconfiguração em função das vivências do presente” (Cabecinhas & Nhaga, 2008: 112). De acordo com as autoras, não há apenas uma versão, mas várias versões da história, sendo importante ouvirmos as diferentes vozes sobre os acontecimentos do passado.

No que se refere à memória, Cunha (2006) considera que existem momentos que constituem marcadores na vida das comunidades, dando como exemplos os acontecimentos trágicos ou aqueles que representam descontinuidades na ordem social até aí vigente. Na perspectiva do autor “são estas dimensões partilhadas que transportam a memória, através da palavra, para além da temporalidade do sujeito singular, vindo a constituir-se numa outra coisa que não é já o registo da experiência pessoal” (2006: 57). É assim que a palavra assume um papel central na partilha das memórias. Segundo Cunha (2006: 57), “quem recorda é pois o homem social e fá-lo na palavra, ou seja, no que partilha com os próximos e se constitui dessa forma em vínculo coletivo e instrumento de apreensão e classificação do real”. Na opinião do autor, a linguagem tem um valor fundador na construção da memória coletiva, “na definição do memorável”.

Fivush (2008) corrobora esta ideia quando refere que a linguagem modela a memória autobiográfica de duas formas: primeiro, a linguagem permite que partilhemos o passado com outros e que a partir desta partilha novas interpretações e avaliações do passado emirjam; segundo, porque a linguagem possibilita a organização e estruturação das nossas memórias autobiográficas, produzindo uma narrativa.

Vários trabalhos de investigação, desenvolvidos nos últimos anos, sobre as memórias coletivas da colonização dos países de língua portuguesa, indicam que as

pessoas de origem africana ainda são discriminadas pelos portugueses, persistindo determinados estereótipos raciais e preconceitos paternalistas (Cabecinhas 2007; Vala, Lopes & Lima, 2008). Na opinião de Cabecinhas e Feijó (2010: 30), “esses estereótipos estão profundamente enraizados na memória social, com impactos profundos na vida quotidiana dos imigrantes africanos em Portugal”. Os autores acrescentam que só muito recentemente se começou a falar com maior abertura sobre estas questões, assegurando que “formalmente, vivemos no período pós-colonial, mas o colonialismo persiste na mente das pessoas, moldando trajetórias pessoais e relações intergrupais” (Cabecinhas & Feijó, 2010: 42).

Também Estrela (2011) se refere às condições de vida dos imigrantes africanos em Portugal, trazendo à luz o modo discriminatório como são tratados pelas próprias instituições democráticas.

As observações apresentadas por estes autores legitimam a ideia de Dolby (2006) de que a identidade é formada e, ao mesmo tempo, se expressa a partir de relações de poder. No caso que coloca Portugal em relação com os países africanos de língua portuguesa, será a impressão de um certa supremacia do ex-colonizador sobre o ex-colonizado, supostamente conferida pela versão nacional da história, que dita a procura pelo poder. Já no caso que coloca os mesmos países africanos em relação com Portugal, será a memória das longas guerras coloniais que lutaram pela independência que consubstancia a sua autoafirmação. Como notam Paez & Liu (2011), este tipo de conflito está fortemente presente na formação das identidades nacionais.

Cruzando o potencial da narrativa autobiográfica, enquanto documento, com a necessidade de trazer à luz outras versões da história, encontramos na produção audiovisual, mais concretamente numa série documental, elementos para a nossa análise sobre identidades e memórias pós-coloniais.

2. Os Documentários de Memórias Autobiográficas

É consensual que os media detêm o poder de influenciar a formação de crenças, de valores, de relações sociais e das próprias identidades. A este propósito, Georgiou (2006) refere que os media têm um papel central no processo de construção social da imagem sobre nós e sobre o outro e na difusão dessas mesmas imagens junto dos membros dos vários grupos sociais.

De entre os vários media, aqueles que se apresentam em suporte audiovisual, ao integrarem imagem e palavra, configuram interessantes documentos acerca das representações de uma dada sociedade numa determinada época.

Waterson (2007: 51) enfatiza o papel do filme na preservação de memórias como evidências históricas. A autora considera que este tipo de documento configura um ato performativo que gera significados próprios e que exige uma ligação com uma audiência. Acrescenta ainda que os filmes de memórias podem constituir uma parte da luta contra o esquecimento das injustiças do passado, tendo ao mesmo

tempo a possibilidade de contribuir para o esclarecimento das nossas interpretações sobre o mesmo.

Neste contexto, as narrativas autobiográficas têm um papel fundamental, já que “funcionam como veículos políticos, transmitindo as vozes excluídas ou negligenciadas das estruturas e dos processos políticos dominantes e tornam possíveis análises em diferentes níveis de investigação” (Miranda, 2008: 63).

Consideramos, à semelhança de Miranda, que “as histórias proporcionam a quem as escuta, vê ou sente a oportunidade de autocompreensão de partes fragmentadas de si mesmos, evocando memórias, preocupações e expectativas” (2008: 63). O documentário pode tomar como ponto de partida o registo destas histórias sobre a realidade vivida no passado recente, mas esses registos da realidade podem também ser o ponto de chegada, ou seja, podem constituir um instrumento de transformação dessa mesma realidade, alterando o modo como a audiência se relaciona com ela.

A divulgação de diversos materiais audiovisuais como os documentários permite um aprofundamento do nosso conhecimento e das nossas perceções sobre as diversas culturas. Deste modo, consideramos que a produção e divulgação de documentários baseados em memórias autobiográficas difundem outras versões da história, contadas na primeira pessoa que, quando integradas no conhecimento que temos do passado, possibilitarão uma melhor compreensão dos acontecimentos históricos e dos seus significados para os diferentes grupos sócio-culturais.

3. Metodologia

3.1 Opções Metodológicas

Partindo da importância atribuída aos documentários de memórias autobiográficas, enquanto instrumentos que permitem a reflexão e (des)construção de ideias pré-formadas sobre os acontecimentos do passado, propusemo-nos analisar a série documental *Eu Sou África*, constituída por dez episódios, dois por cada um dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP): Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Do ponto de vista metodológico, optámos pela análise temática (Braun & Clarke, 2006) das dez narrativas que compõem a série documental. A análise temática permite localizar os temas predominantes nas narrativas das pessoas envolvidas na série, ou seja, os temas que são capazes de representar todo o conjunto de dados, formando uma espécie de mapa temático das dez narrativas autobiográficas analisadas. Embora se trate de um método flexível, foi necessário seguir um conjunto de procedimentos que permitiram sintetizar os temas centrais discutidos na série documental: familiarização com os dados e transcrição das informações verbais; definição de codificações iniciais de acordo com os principais temas discutidos; revisão constante das codificações e reflexão sobre os temas centrais.

Nesta fase, de justificação da metodologia adotada, torna-se fundamental chamar a atenção para o facto de um documentário constituir um registo específico de uma realidade e que quem o produz possui um ponto de vista sobre o assunto a tratar, bem como um guião que orienta a sua produção. Por isso, consideramos importante explicitar a possibilidade de os temas considerados centrais na série estudada, através do método da análise temática, poderem corresponder ao ponto de vista sob o qual a produção da mesma foi levada a cabo.

3.2 Caracterização da Amostra

Em cada episódio da série documental *Eu sou África*, os entrevistados, cinco africanas e cinco africanos, envolvidos na história e no desenvolvimento do seu país, constroem uma narrativa sobre o seu percurso pessoal. Entre os entrevistados, nove possuem entre 47 e 62 anos, tendo apenas uma entrevistada idade superior a 70 anos. Como podemos verificar no Quadro 1, as trajetórias profissionais são variadas, evidenciando-se contudo que a maioria dos entrevistados está envolvida na área da ação social ou em atividades de divulgação cultural e artística. Sete destes elementos emigraram para outros países, tendo quatro deles vivido em Portugal.

Nome	País de nascimento	Profissão	Percursos migratórios
Augusta Henriques	Guiné-Bissau	Secretaria-geral de ONG	Portugal
Camilo de Sousa	Moçambique	Cineasta	Sem experiência migratória
Carlos Schwarz da Silva (Pepito)	Guiné-Bissau	Engenheiro Agrónomo	Portugal
Catarina Paulo	Moçambique	Diretora de Centro Comunitário	Sem experiência migratória
Conceição Deus Lima	São Tomé e Príncipe	Jornalista, poeta	Inglaterra
João Carlos Silva	São Tomé e Príncipe	Artista	Portugal, Angola
Luzia Sebastião	Angola	Docente, juíza	Congo
Maria Michel (Mami Estrela)	Cabo Verde	Área da ação social em ONG	Portugal, Brasil
Mário Kajbanga	Angola	Direção Provincial de Cultura	Sem experiência migratória
Mário Lúcio Sousa	Cabo Verde	Advogado, artista	Cuba

Quadro 1 – Caracterização dos entrevistados na série documental *Eu sou África*

4. Série Documental *Eu sou África*

A produção da série documental *Eu sou África* apresenta os dez episódios, no seu sítio na internet, do seguinte modo:

“Dez heróis quase desconhecidos do grande público que, como atores e testemunhas privilegiadas, refletem sobre a história recente de África e os desafios que o continente enfrenta. (...) O campo de ação é diverso, da Educação, às Artes, à Justiça, à Agricultura, à Religião, ao Ambiente ou à História, mas o terreno que lavram é comum: a responsabilização de cada um face ao presente, pois todos os protagonistas decidiram viver integralmente o seu tempo histórico e as problemáticas que o mesmo trouxe”.¹

Este envolvimento, enquanto atores, na história dos seus países está presente nas narrativas analisadas, evidenciando-se três temas centrais que examinamos neste estudo: as perceções sobre os significados da independência, que envolvem as representações dos atores envolvidos sobre o processo de (des)colonização e o modo como o viveram; as perceções sobre a diversidade cultural e linguística; e a (re)construção das identidades nacionais.

De referir que este trabalho não teve como objeto de análise os espaços, a imagem e o som, embora consideremos que são vertentes importantes dos documentários que permitem situar a narrativa dos entrevistados. Por exemplo, em alguns casos, os entrevistados regressam ao local onde viveram a sua infância e recordam pormenores e histórias dos seus lugares de origem². Esses momentos são importantes, tornando-se salientes na estruturação da sua narrativa. Por isso, os espaços, a imagem e o som dos dez episódios que compõem esta série serão objeto de análise numa fase posterior da investigação, com o devido aprofundamento.

4.1 Os Significados da Independência

Construir em conjunto uma memória pós-conflito, implica que façamos o caminho de volta, olhando o passado e o percurso percorrido por uns e por outros neste processo. Neste retorno, parece essencial o trabalho de análise das interpretações, dos argumentos e das experiências vividas, bem como a sua contextualização, por parte dos dois lados envolvidos no conflito. Deste modo, para Licata, Klein e Gely (2007) a reconstrução do passado faz parte do processo de reconciliação e as narrativas dos envolvidos são centrais neste percurso.

O envolvimento de alguns entrevistados na luta anticolonial deu-se pela influência de familiares que de alguma forma defendiam a independência do seu país, tendo criado nos seus filhos o sentimento de que era importante contribuir para a sua libertação, contestando uma ordem que, na sua opinião, subjugava o seu povo.

¹ Consultar www.eusouafrica.com.

² A título de exemplo, quando Mário Lúcio Sousa regressa à sua casa de infância refere que o seu cordão umbilical está enterrado nessa casa.

“Eu estive envolvido nessa luta anticolonial, primeiro por interposta pessoa do meu pai, porque ele foi advogado aqui na Guiné-Bissau e defendeu todos os nacionalistas que foram parar ao tribunal. Acaba por ser preso em Lisboa e aí, portanto, todo esse envolvimento que eu tinha na luta colonial começou a reforçar-se e depois associado a isso há a luta estudantil, a luta associativa em Portugal que também tinha como denominador comum a recusa dos jovens estudantes portugueses de fazerem a guerra colonial” (Pepito, Guiné-Bissau).

“O meu pai esteve preso em 1953, o ano do massacre de Batepá e houve a transmissão dessa consciência de que a ordem que vigorava na altura era uma ordem contestável, uma ordem injusta, uma ordem baseada na subjugação da identidade de um povo por um sistema que por natureza era um sistema autoritário, o sistema colonial” (Conceição Deus Lima, São Tomé e Príncipe).

A angolana Luzia Sebastião também esteve envolvida na luta colonial. Estava no sexto ano quando deixou o liceu e entrou para a luta de libertação. O pai foi preso pela PIDE quando Luzia tinha 5 anos de idade. Quando o pai saiu da cadeia ela já tinha 12 anos, 7 anos depois. Luzia Sebastião considera que foi isso que desenvolveu nela “essa ideia, essa necessidade de que de facto a libertação do país, a independência era alguma coisa que era importante e que cada um de nós tinha que dar a sua contribuição”.

Os entrevistados referem que, quando se deu a independência, depararam-se com países que precisavam de tudo, tendo-se envolvido no seu desenvolvimento e, em alguns casos, sentindo que fizeram parte do seu processo de reconstrução.

“Quando se dá a independência eu tinha treze anos, portanto, é esse período que eu e a minha geração vivemos com mais intensidade, porque foi uma época lindíssima, porque muda tudo, começamos a ter consciência que podemos falar abertamente, (...) e havia aquela febre de reconstrução da pátria, toda a gente queria participar nisto. O primeiro governo do pós-independência ficou em mãos com um país que precisava de tudo, desde estruturas de comercialização, escolarizar as pessoas, a taxa de analfabetismo era altíssima, então os jovens, os mais velhos que já estavam a concluir o liceu foram todos para o campo ajudar na alfabetização, foram ajudar nas sementeiras e depois tivemos um azar incrível, que logo a seguir à independência veio um período de seca que durou quase oito anos, sem chover, então faltava fazer tudo, faltavam os recursos todos (...) e nós, nessas idades, 13/14/15 anos tínhamos plena consciência das dificuldades que se enfrentava, porque vivíamos isso, desde ir para a fila horas para poder comprar meia dúzia de ovos, ou um frango para levar para casa. Depois tinha esse lado bonito que era o trabalho de construir um país a partir do nada e isso acho que marcou muito a minha geração, nós sentimos muito este Cabo Verde que existe agora também um pouquinho como algo em que participamos e vimos a ser construído” (Mami Estrela, Cabo Verde).

“Em 1975 foi o período da grande euforia, éramos muito jovens e acreditávamos que todos os sonhos eram possíveis, rapidamente. E era o tempo da coletivização das vontades e das aspirações, era o tempo dos trabalhos cívicos, era o tempo dos trabalhos voluntários, era o tempo dos campos de férias, era o tempo dos grandes debates e da leitura de determinados teóricos, era o tempo de se devorar os teóricos africanos, Amílcar Cabral, Kwame Nkrumah, alguns dos quais já tínhamos conhecido na clandestinidade, através da Alda Espírito Santo” (Conceição Deus Lima, São Tomé e Príncipe).

O guineense Pepito também viveu este período com emoção, tendo estado presente, na companhia de sua mulher, em frente ao quartel do Carmo no dia 25 de Abril de 1974³: “é um momento que eu não vou esquecer nunca mais, porque eu vivi, vivi esse momento”.

Embora acreditem na importância da independência dos seus países, consideram que ainda há muito a fazer para que haja desenvolvimento com equidade, referindo que os poderes políticos poderiam assumir um papel mais ativo neste processo.

“Hoje, na realidade, sinto que lutei por este país, mas que... e ainda luto por ele, nunca deixei de lutar por Moçambique, nunca, nunca, mas percebo que não é este poder político que eu esperava que um dia tivéssemos, os pobres estão cada vez mais pobres, os ricos cada vez mais ricos (...) nem no tempo colonial havia gente tão rica como há agora, como é possível esta gente ter enriquecido em tão pouco tempo, então é isto que me choca, mas choca-me profundamente, já Samora tinha denunciado isso (...) ele dizia uma coisa muito importante, é preciso matar o crocodilo quando ele ainda está no ovo e foi isso que ele fez e por isso morreu, foi abatido” (Camilo de Sousa, Moçambique).

“A independência sim, mas uma independência que desse liberdade, que desse desenvolvimento e não apenas uma substituição de camisas, uma substituição de pessoas” (Pepito, Guiné-Bissau).

Percebe-se algum desalento nos discursos dos entrevistados. Também para Luzia Sebastião não se cumpriram todos os projetos da independência⁴. Contudo, refere que lutou muito pela liberdade e deseja que os seus filhos e netos continuem a sua luta.

³ Dia em que se deu a “Revolução dos Cravos”, pondo fim a quase 50 anos de ditadura em Portugal e dando início ao processo de independência das colónias africanas. O Quartel do Carmo, em Lisboa, foi o epicentro dessa revolução.

⁴ Luzia Sebastião refere que quando trabalhava no Ministério da Educação as crianças na escola sentavam-se em latas de leite e colocavam os cadernos no joelhos para escrever. Refere que dizia aos colegas “o que vale é que os meus filhos já não vão ter banco de lata de leite Nido, já não se sentarão no banco de lata de leite Nido”. Contudo, recorda que quando os filhos entraram para as escolas, os colegas disseram “aí estão os teus filhos, ainda sentados no banco de lata de leite Nido”. Esta angolana considera que as transformações são lentas e acredita que a escola dos netos será melhor e a sua Angola também.

“Ser um ex-combatente e um combatente da liberdade, um combatente pela independência do país é alguém que sacrificou os melhores anos da sua juventude. Aliás, como referi no outro dia, a minha geração é essa geração sacrificada (...) sonhamos numa certa direção e essa direção não se cumpriu, pelo menos não se cumpriu assim como nós gostaríamos que se cumprisse. (...) Muitas das coisas que preconizamos não conseguimos concretizar, nem sabemos se as concretizaremos algum dia, mas um coisa eu gostaria, que pelo menos os meus filhos e os meus netos cumprissem, que é manter esta independência que nos custou tanto a conseguir e pela qual até hoje ainda continuamos a lutar” (Luzia Sebastião, Angola).

Alguns entrevistados mencionam que o período colonial teve impactos na mentalidade e autonomia das populações que, depois de um longo período de dominação, não estavam preparadas para reconstruírem os seus percursos. É neste sentido que João Carlos Silva refere que é preciso ensinar a ser cidadão em São Tomé e Príncipe.

“Os nossos projetos às tantas vão levar 150 anos a ter resultados, é só uma provocação, mas também a assunção de que as coisas não estão bem e que vão levar muito tempo e que nenhum sistema colonial ou nenhuma potência colonizadora prepara a população que administra ou que coloniza para tomar nas suas próprias mãos o futuro, para serem decisores, para serem donos do seu próprio destino, então isso seria contranatura, e aí nós temos que ter consciência que depois do dia 12 de julho de 1975 nós experimentamos algumas coisas agradáveis, outras nem tanto, e que agora é tempo, depois de 35 anos de independência, arregaçar as mangas e trabalhar juntos para construir um futuro melhor. Muita educação, muita formação, mas também muita vontade política para fazer, para realizar e aí, repito, ensinar a ser cidadão e a gostar de São Tomé e Príncipe e a levantar um pouco a autoestima e o orgulho e ter orgulho em ser santomense é fundamental para atingir esses objetivos” (João Carlos Silva, São Tomé e Príncipe).

“Ser democrata é muito difícil, porque nós não temos uma história de democracia, nós temos uma história de dominação, nós temos uma história de autoridades muito fortes, de hierarquias muito bem definidas e a nossa cabeça é formatada assim, então há 35 anos que isto teve que mudar e ainda bem, (...) porque todas as pessoas que estão a assumir cargos importantes, que estão a trabalhar no terreno, são pessoas que têm uma história de socialização, de vivências no seu dia a dia, na sua infância, na sua juventude, onde houve sempre uma história de dominação, em que ele era dominado e havia alguém que dominava, então, isto para limpar da nossa cabeça vai levar pelo menos mais uma geração” (Mami Estrela, Cabo Verde).

Estes excertos reforçam o que vários estudos recentes indicam sobre a persistência dos efeitos dos processos coloniais na formação das mentalidades daqueles que os viveram (Cabecinhas *et al.*, 2011; Volpato & Licata, 2010). Ou seja, as experiências

vividas no período colonial moldaram as representações, os modos de pensar e os comportamentos dos envolvidos. Como podemos verificar pelos excertos apresentados, mesmo após o processo de descolonização, essa influência continua a permear as identidades sociais e culturais das populações, afetando-as no seu quotidiano.

4.2 Diversidade Cultural e Linguística

Alguns dos entrevistados fazem alusão à língua portuguesa como legado e à sua importância para o desenvolvimento dos seus países, pela possibilidade de poderem comunicar com milhões de pessoas que também falam português. Conceição Deus Lima refere o facto de a literatura ter sido também um instrumento na luta anticolonial e que, por ter sido escrita em português, afirmava uma identidade de um país que lutava pela independência.

“A questão da língua em Cabo Verde é muito polémica, porque é óbvio que o português é a nossa língua também, é um legado que faz parte da nossa história, que pode não ser uma história muito bonita, que teve escravatura, teve colonialismo, teve dominação, teve repressão, teve muita coisa triste, mas é um legado e um património que é nosso, isso é inegável e a questão da língua portuguesa ser a língua veicular da educação para nós também é importante, porque é uma mais-valia, porque permite-nos comunicar com outros povos, permite-nos ter acesso a milhões de pessoas que falam a língua portuguesa também” (Mami Estrela, Cabo Verde).

“A língua portuguesa foi um fator e um elemento de construção das nacionalidades dos países africanos de língua portuguesa. Foi em português que Agostinho Neto, José Craveirinha, Alda Lara, Alda Espírito Santo, Marcelo Gouveia, Francisco José Tenreiro, Vasco Cabral, Viriato da Cruz, conceberam e anteciparam a pátria política e fizeram-no literariamente e fizeram-no em português. Por via da poesia eles afirmaram uma identidade que dizia: este é um mundo que tem um povo, que tem uma história, que tem um passado e que deve no futuro ter direito a uma voz própria e ter direito a tomar o seu destino nas suas próprias mãos” (Conceição Deus Lima, São Tomé e Príncipe).

A análise dos episódios permitiu constatar que a língua materna é usada pela maioria dos entrevistados quando falam com familiares, amigos e com a comunidade com a qual se relacionam, sendo considerada a “língua dos afetos”. Efetivamente, este facto poderá dever-se à dificuldade de algumas faixas da população se expressarem em português, mas também à valorização de uma língua que foi menos-prezada durante o período colonial.

“Eu valorizo muito a língua cabo-verdiana enquanto língua materna e fico muito feliz de politicamente se ter feito tudo para que ela tenha um estatuto importante

como língua nacional e isto abre um caminho para a valorização da própria língua, porque a questão da mentalidade é muito importante nisto, nós levamos muitos anos a ouvir que isto não era uma língua, que não tinha valor, que não servia para comunicar e era uma forma também de dominação, porque como nós não conseguimos nos expressar tão bem na língua portuguesa era uma maneira de nos manter num patamar inferior, mas isso tem que ser ultrapassado dentro das nossas cabeças, porque politicamente não existe mais isso. E depois o crioulo, a língua cabo-verdiana é a língua dos afetos, nós não falamos de amor, não falamos de meiguice com os nossos filhos, não damos carinho em português, não é, o crioulo é a língua da intimidade e é engraçado que as gerações mais novas se comunicam muito mais em crioulo, até por escrito, então nota-se que naturalmente o crioulo está a ocupar um lugar cada vez mais alargado e eu acho isso ótimo” (Mami Estrela, Cabo Verde).

“eu sonhava sempre com o período das férias escolares em que vinha passar algum tempo com a avó, era a doçura da avó, era o carinho especial da avó, eram as comidas especiais da avó e era uma coisa muito importante, era uma familiarização com o forro, que não havia lá em casa. Embora o meu pai e o a minha mãe falassem o forro, não o falavam connosco, e nós éramos até impedidos de falar o forro, porque havia a ideia de que colidia com a aprendizagem do português, embora não se pensasse que o francês e o inglês colidissem com o português” (Conceição de Deus Lima, São Tomé e Príncipe).

A pluralidade linguística e cultural é referida inúmeras vezes pelos entrevistados como uma riqueza que deve ser divulgada e valorizada e os meios de comunicação social parecem surgir como uma oportunidade de divulgar ao país esta pluralidade.

“O facto da Guiné-Bissau ter 32 etnias, são 32 maneiras de pensar diferente, de dançar diferente, de fazer cultura, de perspectivas de vida, de filosofias de vida, é uma riqueza extraordinária, se forem consideradas como elementos que potenciam a união. (...) Aqui, neste sul, em que nós vemos essas etnias todas, a lição que nós tiramos é a coabitação que existe, a convivência que existe e o prazer que cada um tem de mostrar a sua cultura ao outro e de reconhecer na cultura do outro os aspectos bonitos e dizer que esta passa a ser também a minha cultura, porque eu gosto dela, eu danço-a, eu perfilho-a” (Pepito, Guiné-Bissau).

“Interessa-me cumprir e fazer cumprir a linha editorial, a única linha editorial em que eu acredito, (..) que procure o pluralismo, que procure refletir uma sociedade, que sendo pequena, de cerca e 150 mil habitantes, é bastante plural, onde coexistem 5 línguas diferentes, é uma pequena babel, então interessa-me estilhaçar a ideia cristalizada de uma falsa homogeneidade, e a partir dessa televisão devolver ao país esse seu rosto que é plural” (Conceição Deus Lima, São Tomé e Príncipe).

“Eu nasci do encontro entre duas línguas, aliás como deve acontecer com todos os povos onde existe a cultura do beijo na boca” (Mário Lúcio Sousa, Cabo Verde).

Os excertos indicam uma negociação contínua entre culturas que coexistem em países que são plurais, tornando-se essencial esta coabitação entre distintas etnias, formas de pensar, de falar e de sentir. É interessante constatar que se observa no discurso dos entrevistados um esforço no sentido de preservarem o que consideram ser a sua identidade cultural própria. Aqui, a língua parece assumir um papel importante na configuração dessa identidade cultural. Embora o português seja a língua oficial, consideramos que merece uma investigação mais aprofundada o modo como as línguas maternas (faladas) têm vindo a influenciar o português e como esta convivência linguística se processa. A língua portuguesa parece construir a sua própria história, marcada por inúmeras influências culturais, constituindo um idioma multiforme. Nesse sentido, e com base nas narrativas analisadas, consideramos que é essencial respeitar as “experiências particulares, os valores diferentes, a especificidade cultural, o modo próprio de experienciar a realidade e a visão de mundo que cada comunidade do universo lusófono vem fixando na norma do português” (Martins & Brito, 2004: 10).

4.3 A (Re)construção das Identidades Nacionais

De acordo com Hall (1992/2011: 51), “as culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a ‘nação’, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam o seu presente com o seu passado e imagens que dela são construídas”. Os dez entrevistados, ao recordarem aspetos do seu passado e sobre o seu país de origem, constroem discursos que permitem analisar as suas representações sobre a história. A maioria dos entrevistados, mesmo aqueles que viveram experiências migratórias, referem que viver no país onde nasceram esteve sempre nos seus planos, demonstrando um sentido de responsabilidade e implicação no futuro desses países.

“Em nenhum momento me passou pela cabeça que o meu futuro não era na Guiné-Bissau, nunca, apesar de ter vivido muitos anos em Portugal. Estava sempre claro que eu estava a formar-me para vir para a Guiné-Bissau” (Augusta Henriques, Guiné-Bissau).

“Nós temos o dever, uma capacidade de construir uma outra Guiné-Bissau, aquela Guiné-Bissau da qual gostamos muito, aquela Guiné-Bissau que é nossa, aquela que é uma Guiné-Bissau de dignidade, de respeito, de história, de cultura, essa é a nossa Guiné-Bissau e nós temos que pô-la em contraponto à Guiné-Bissau de uma

meia dúzia de pessoas que é a Guiné-Bissau dos negócios fraudulentos, dos tráficos de armas, dos tráficos de droga e de toda essa sujeira que também existe aqui conosco, mas nós temos a capacidade de a mudar” (Pepito, Guiné-Bissau).

“O meu mundo é aqui” (Mário Lúcio Sousa, Cabo Verde).

Uma parte dos entrevistados também referiu a cultura dos seus países como parte intrínseca da sua identidade, considerando que esta deve ser valorizada e que um futuro melhor depende dessa valorização pelas comunidades locais.

“África é um continente de futuro. (...) Ainda tem uma cultura que tem ligação com a terra, o caso da Guiné-Bissau, e esta cultura é a nossa carta de identidade, é o nosso bilhete de identidade no mundo e a ele temos que voltar” (Augusta Henriques, Guiné-Bissau).

“Quando o povo moçambicano deixa de estimar a sua cultura, então não é um povo, porque vai viver sempre nas adaptações e não tem raiz, é uma árvore sem raiz, qualquer coisa cai” (Catarina Paulo, Moçambique).

“É uma questão de cultura geral nós compreendermos Amílcar Cabral, porque um país como Cabo Verde só pode ter a cultura como um pilar para sustentar todo o seu desenvolvimento, só faz sentido muitos investimentos se nós agarrarmos a nossa identidade, se nós conseguirmos preservar aquilo que nós temos de melhor” (Mami Estrela, Cabo Verde).

A cultura assumida como bilhete de identidade de um povo, a raiz, o pilar para o desenvolvimento são aspetos referidos constantemente pelos entrevistados. Alguns consideram ainda que a cultura pode ser o meio a partir do qual se dá o reencontro entre o ‘mosaico cultural’ que constitui o seu país.

“Tínhamos ganho com a colonização a questão da unificação dos vários estados, então temos várias culturas dentro do nosso país, era necessário que cada uma das que compõem o mosaico nacional pudesse ser divulgada e consequentemente conhecida para que nos pudéssemos fortalecer” (Mário Kajibanga, Angola).

“A paz só é possível na medida em que cada um se reencontra e o reencontro para mim é conseguido através dessa reflexão. Nós politicamente sim, já nos reencontramos, nós temos um território, temos uma nação e precisamos de consolidar os nossos laços nas várias dimensões. Nós temos um país tido como um mosaico cultural, ele resulta de ex-nações e essas ex-nações felizmente se moveram em uníssono para reivindicarem a terra. (...) Eu acredito que pela cultura nós podemos conseguir esse reencontro” (Mário Kajibanga, Angola).

O lado afetivo associado aos significados que os seus lugares de origem produzem para alguns entrevistados revela-se central para percebermos a sua ligação aos espaços, memórias e mesmo cheiros associados à sua infância.

“Santana é a minha primeira mãe, Santana são os meus avós maternos, Santana é o encontro entre o meu pai e a minha mãe, ele dava aulas cá na escola primária de Santana, eu e o meu irmão mais velho nascemos cá” (Conceição Deus Lima, São Tomé e Príncipe).

“a Roça de São João significa o reencontro com os pais, depois o reencontro com o espaço territorial das roças, que têm um perfume muito especial, um território povoado de memórias, de gente que vem de outras latitudes do mundo, de gente que deixou suor, lágrimas, que ainda hoje acredita num dia melhor” (João Carlos Silva, São Tomé e Príncipe).

João Carlos Silva, tendo vivido vinte anos fora de São Tomé e Príncipe, refere que o regresso despertou nele um conjunto de memórias que constituem aquilo que é a sua identidade enquanto santomense. Também Mário Lúcio Sousa nos diz que continua a viver em Cabo Verde, fundamentalmente, porque não imagina o que é viver num local sem referências aos espaços e aos lugares da infância.

Embora vivam em espaços geográficos e culturais diversos, todos os entrevistados na série documental em análise, evidenciam um discurso de identificação com o seu local de origem. Hall (1992/2011: 62) refere que em vez de pensarmos as culturas nacionais como unificadas, devemos pensá-las enquanto “dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade”. Assim, as identidades nacionais são representadas como unificadas, enquanto expressão da cultura de “um povo”. O discurso dos entrevistados reflete efetivamente esta tensão. Por um lado, debatem-se com a necessidade de os seus países se evidenciarem, no contexto internacional, através de “uma cultura própria”, o “bilhete de identidade de um povo”; por outro lado, debatem-se também com a necessidade de uma negociação contínua, em sociedades compostas por múltiplas culturas e, conseqüentemente, com diferentes modos de falar, de sentir e de ver o mundo. Vivem, portanto, perante uma tensão/negociação constante entre o “global” e o “local” no próprio processo de (re)construção identitária, neste período que se designou de pós-colonial.

5. Reflexões Finais

A análise do programa *Eu sou África* permitiu uma breve reflexão sobre três temas que se revelam de extrema importância na história recente dos países africanos de língua oficial portuguesa. Está presente, na informação recolhida nesta série documental, a ideia de que a formação e a aprendizagem adquirida pelos entre-

vistados fora do país de origem teria como objetivo constituir um contributo para o desenvolvimento do seu país, ao qual todos regressaram. Por motivos de estudo, profissionais ou pelo envolvimento na luta anticolonial, sete dos entrevistados viveram experiências migratórias que procuraram capitalizar quando voltaram aos seus países. Para a maioria dos entrevistados, a cultura deve ser o pilar, a carta de identidade que deve ser divulgada, de modo a fortalecer os seus países e a promover o reencontro entre culturas e grupos sócio-culturais distintos. As memórias dos lugares de infância são referidas pelos entrevistados, concedendo-lhes estes um papel importante na construção das suas identidades.

Em relação aos significados da independência, a maioria dos entrevistados estiveram envolvidos na luta anticolonial, fundamentalmente por influência de acontecimentos que afetaram as suas famílias. O desejo de liberdade estava presente no seu quotidiano e quando se dá a independência acreditavam que “tudo era possível”. Contudo, o seu discurso revela que o percurso seguido no pós-independência não foi o que esperavam, que muitas metas ainda estão por cumprir e que não estavam preparados para “serem donos do próprio destino”, devido à história de dominação vivida, considerando que este é um processo longo que exige uma mudança de mentalidades.

A diversidade linguística e cultural é mencionada pelos entrevistados ao longo da sua narrativa. Referem que coexistem diferentes etnias, línguas e formas de pensar no mesmo país, que constituem um “rosto plural” que é necessário valorizar e reforçar. A língua portuguesa é vista como um legado e uma mais-valia que permite comunicar com milhões de pessoas. Embora assumam a importância da língua portuguesa, referem que valorizam muito as línguas maternas, associando-as aos afetos e às vivências da infância.

A análise das dez narrativas aparenta uma postura sem mágoa em relação aos acontecimentos da história recente. Contudo, essa ausência de mágoa não implica que os entrevistados não contem as suas versões da história, bem diversas relativamente à versão que é contada em Portugal. São, aliás, estes olhares africanos sobre os acontecimentos históricos que nos permitem reinterpretar o passado e procurar um entendimento sobre o mesmo.

Assim, os entrevistados posicionam o seu olhar no futuro, tendo como objetivo o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida da população dos seus países. Se assumirmos a identidade como uma construção discursiva, passível de ser revelada nas histórias que as pessoas contam sobre elas e os outros e em memórias recontadas do passado, os documentários de memórias autobiográficas podem constituir espaços reveladores de identidades em (re)construção, constituindo um contributo para o esclarecimento das nossas interpretações sobre o período (pós)colonial.

Consideramos importante salientar que este trabalho teve por base a ideia de que é necessário recuperar diferentes versões da história, analisando as diversas narrativas sobre o período (pós)colonial – narrativas estas em permanente reconfiguração em função das experiências do presente – contrapondo-as aos discursos dominantes que prevaleceram no passado recente.

Os documentários de narrativas autobiográficas que focam os acontecimentos recentes do período (pos)colonial são instrumentos que permitem analisar e compreender as experiências que Bhabha (1994) denomina de “in-between”. Estas experiências de quem vive/viveu “dentro e entre culturas” – devido aos processos de colonização, a processos migratórios, ou pelo facto de viverem em países onde coexistem diversas culturas – propiciam o desenvolvimento de estratégias de negociação da diferença cultural, negociação de valores individuais e/ou comunitários, de intersubjetividades e experiências coletivas de nacionalidade, que remetem para uma (re)construção identitária permanente.

Esta ideia de um espaço “in-between” parece estar presente nas narrativas analisadas. O facto de a maioria dos entrevistados ter vivido experiências migratórias e em países onde coexistem múltiplas culturas permitiu um cruzamento cultural que terá contribuído para a sua (re)construção identitária (nacional, étnica, linguística, etc.), com consequências reais no trabalho por estes desenvolvido e com impacto na sociedade em que vivem atualmente.

Finalmente, este artigo consiste numa tentativa de ouvir o outro e as suas percepções sobre o período (pós)colonial, através da análise das narrativas em formato audiovisual, análise esta que pretendemos aprofundar em investigações futuras.

Bibliografia

- Bhabha, H. K. (1994) *The Location of Culture*. London: Routledge.
- Braun, V. & Clarke, V. (2006) Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3, 77-101.
- Brito, R. H. & Martins, M. de L. (2004) *Considerações em torno da relação entre língua e pertença identitária em contexto lusófono*. Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, n. 2. São Paulo: Federação Lusófona de Ciências da Comunicação, pp. 69-77.
- Cabecinhas, R. (2006) Identidade e Memória Social: Estudos comparativos em Portugal e em Timor-Leste. In M. d. L. Martins, H. Sousa & R. Cabecinhas (Eds.), *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Campo das Letras, pp. 183-214.
- Cabecinhas, R. (2007) *Preto e Branco. A Naturalização da discriminação racial*. Porto: Campo das Letras.
- Cabecinhas, R. & Feijó, J. (2010) Collective memories of Portuguese colonial action in Africa: Representations of the colonial past among Mozambicans and Portuguese youths. *International Journal of Conflict and Violence*, 4(1), 28-44.
- Cabecinhas, R. & Nhaga, N. (2008) Memórias coloniais e diálogos pós-coloniais. Guiné-Bissau e Portugal. In R. Cabecinhas & L. Cunha (Eds.), *Comunicação Intercultural: perspetivas, dilemas e desafios*. Porto: Campo das Letras, pp. 109-132.
- Cabecinhas, R., Lima, M. & Chaves, A. (2006) Identidades nacionais e memória social: hegemonia e polémica nas representações sociais da história. In J. Miranda & M. I. João (Eds.), *Identidades Nacionais em Debate*. Oeiras: Celta, pp. 67-92.
- Cabecinhas, R., Liu, J. H., Licata, L., Klein, O., Mendes, J., Feijó, J. & Niyubahwe, A. (2011) Hope in Africa? Social representations of world history and the future in six African countries. *International Journal of Psychology*, 46(5), 354-367.
- Clary-Lemon, J. (2010) ‘We’re not ethnic, we’re Irish!’: Oral histories and the discursive construction of immigrant identity. *Discourse Society*, 21(1), 5-25.

- Cunha, L. (2006) *Memória Social em Campo Maior. Usos e Percursos da Fronteira*. Lisboa: Dom Quixote.
- Dolby, N. (2006) Popular Culture and Public Space in Africa: the possibilities of cultural citizenship. *African Studies Review*, 49(3), 31-47.
- Estrela, R. (2011) A Luta dos Moradores do Bairro da Torre. Cultura Democrática e Lusofonia. Disponível em *Buala, Cultura Africana Contemporânea*, www.buala.org, 28 de maio.
- Fivush, R. (2008) Remembering and reminiscing: How individual lives are constructed in family narratives. *Memory Studies*, 1(1), 49-58.
- Georgiou, M. (2006) *Diaspora, Identity and the Media. Diasporic transnationalism and mediated spatialities*. New Jersey: Hampton Press.
- Georgiou, Myria (2006) *Diaspora, identity and the media: diasporic transnationalism and mediated spatialities*. Cresskill: Hampton Press.
- Hall, S. (1992/2011) *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & Editora.
- Hall, S. (1994) Cultural identity and diaspora. In P. Williams and L. Chrisman (Eds.) *Colonial Discourse and Post-Colonial Theory: a Reader*. London: Harvester Wheatsheaf, pp. 392-401.
- Licata, L., Klein, O. & Gély, R. (2007) Mémoire des conflits, conflits de mémoires: une approche psychosociale et philosophique du rôle de la mémoire collective dans les processus de réconciliation intergroupe. *Social Science Information*, 46(4), 563-589.
- Macedo, L., Cabecinhas, R. & Martins, M. L. (2011) *Significados da Lusofonia no Ciberespaço: estudo comparativo entre três países de língua oficial portuguesa*. Comunicação apresentada no XI Congresso Lusocom, 4 a 6 de agosto, São Paulo, Brasil.
- Martins, M. L. (2006) A lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico. In M. d. L. Martins, H. Sousa & R. Cabecinhas (Eds.), *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Campo das Letras, pp. 79-87.
- Miranda, J. (2008) Pelas narrativas do olhar: discursos fílmicos e fotográficos. In R. Cabecinhas & L. Cunha (Eds.), *Comunicação Intercultural: perspectivas, dilemas e desafios*. Porto: Campo das Letras, pp. 109-132.
- Paez, D., & Liu, J. H. (2011) Collective Memory of Conflicts. In D. Bar-Tal (Ed.) *Intergroup Conflicts and their Resolution: a Social Psychological Perspective*. New York: Psychology Press, pp. .
- Vala, J., Lopes, D. & Lima, M. (2008) Black Immigrants in Portugal: Luso-Tropicalism and Prejudice. *Journal of Social Issues*, 64(2), 287-302.
- Volpato, C. & Licata, L. (2010) Introduction: Collective Memories of Colonial Violence. *International Journal of Conflict and Violence*, 4(1), 4-10.
- Waterson, R. (2007) Trajectories of Memory: Documentary Film and the Transmission of Testimony. *History and Anthropology*, 18(1), 51-73.